

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N ° 312

Período: 01/11/2008 a 07/11/2008

GEDES -Brasil

- 1- São prolongadas as discussões sobre a Lei de Anistia
- 2- Brasil fecha acordo com Rússia e França para transferência de tecnologia
- 3- As três empresas finalistas do Projeto FX-2 têm igualdade de preferência
- 4- Militares são acusados de espancar civis

1- São prolongadas as discussões sobre a Lei de Anistia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, opinou no dia 31/10/08 que os delitos cometidos sob a forma de tortura, ocorridos no Brasil durante o regime militar (1964-1985) não são passíveis de prescrição, embora impute ao Judiciário a decisão sobre este mérito. Ademais, Rousseff criticou indiretamente a posição assumida pela Advocacia Geral da União (AGU), segundo a qual, a Lei de Anistia (1979) absolve todos os delitos cometidos na ditadura, como aponta o referido jornal. Objetivando limitar a prorrogação dos embates, Luiz Inácio Lula da Silva propôs uma reunião com o advogado-geral da União, João Antonio Dias Toffol e com Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos e solicitou que seus ministros não fizessem declarações públicas sobre a questão. Para o presidente, o Supremo Tribunal Federal (STF) é quem decidirá quais tipos de crimes estão ou não abarcados pela Lei. Contudo, para o ministro da Justiça, Tarso Genro, a AGU deve mudar o documento que representa sua posição. Já para o ministro da Defesa, Nelson Jobim, cabe ao STF definir esse impasse. Sob interpretação do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Lei de Anistia teria gerado duas correntes dentro do governo: Uma formada pelo advogado-geral da União e outra pelo Ministro Jobim defende que a anistia foi ampla, geral e irrestrita, estando, portanto, cerradas as discussões. A outra, formada por Vannuchi e Genro, entende que os crimes de tortura são imprescritíveis. No dia 05/11/08, durante o lançamento da Frente Parlamentar da Defesa, Jobim afirmou que o passado deve ser esquecido e recebeu apoio dos comandantes do Exército, general Enzo Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito. Outra situação que envolve a presença dos militares sob atuação no regime militar é a Guerrilha do Araguaia, ocorrida na década de 1970. A AGU solicitou à Justiça para que ela cumpra junto a União, a sentença judicial que determina o prazo máximo de 120 dias para que os corpos desaparecidos de membros da guerrilha sejam localizados e exige a abertura dos arquivos referentes a essa questão. No parecer do Ministério Público Federal, a União já obteve tempo sobressalente para organizar a documentação e requisitou, por isso, a prontidão dos arquivos, em prazo máximo de 15 dias, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia de atraso. Ainda no assunto da Guerrilha do Araguaia, o Ministério Público do Estado do Pará ouviu ex-combatentes militares que presenciaram torturas e mortes de guerrilheiros e camponeses pelo Exército. Em entrevista à *Folha*, militares disseram que viram comunistas serem enterrados e que seus restos mortais nunca apareceram. O Exército não se pronunciou sobre essas declarações, mas os depoimentos dão sustentação às ações movidas por 600 ex-soldados que junto à Justiça Federal em Brasília pedem indenizações por seqüelas físicas e mentais sofridas no Araguaia. Jairo Pereira, combatente do Exército em 1972, relatou à

Folha que assistiu às torturas, as quais o atual Deputado Federal, José Genoíno, sofreu na época. Em resposta ao jornal, Genoíno confirma que as torturas relatadas por Pereira realmente aconteceram. Em entrevista para o *Estado*, o jurista professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), Dalmo Dallari, tem certeza de que os crimes de tortura não estão abrangidos pela Lei de Anistia. Nos termos usados por Dallari, o crime de tortura não é crime político, e sim “uma aberração do sistema”. Em contraposição, o jurista Ives Gandra Martins, ex-membro da Anistia Internacional e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, no período da ditadura, defende que a Lei abrange uma anistia absoluta, estando o problema solucionado. Ainda na mesma esfera, Eros Grau, ministro do STF, solicitou o pronunciamento de Lula e do presidente do Congresso. Grau quer saber sobre eventuais punições ou anistias concedidas a agentes do Estado que praticaram ato de tortura durante o regime militar. De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente do STF, Gilmar Mendes, também se envolveu nas discussões sobre a anistia e afirmou que “o crime de terrorismo é imprescritível”; o fato gerou mais controvérsia entre as autoridades do governo. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, discordou da opinião de Gilmar Mendes e afirmou que guerrilhas articuladas contra regimes ditatoriais não configuram terrorismo e são atos legítimos, respaldados por legislação internacional. Britto afirmou ainda que guerrilheiros e torturadores não devem ser colocados sob mesmo crivo de análise, pois os torturadores funcionários do Estado deveriam proporcionar segurança aos cidadãos e não vitimá-los com torturas. Em entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, partilha da idéia de Britto afirmando que “os militantes exerceram direito legítimo”. Segundo a opinião da colunista do *Estado*, Dora Kramer, a força dos ataques verbais entre as autoridades não solucionará a questão da punição ou não dos torturadores no regime militar. Isso se deve ao fato de que a Lei da Anistia (1979), de acordo com a jornalista, é “a fotografia de uma época, a tradução do acerto possível no último governo da era autoritária”. Isto quer dizer que a insistência na punição dos torturadores significaria a manutenção dos castigos impostos aos inimigos da ditadura e dificultaria ainda o processo de redemocratização no país. Dora Kramer também afirma que ao longo desses trinta anos desde o fim do período militar, foram muitas as mudanças e, inclusive, hoje o público ouvinte é composto por jovens, que têm pouca idéia sobre esse assunto, ou seja: somando-se todas as mudanças da conjuntura passada para a atual, a questão da punição não adquire legitimidade na democracia. Ela clama para que a questão seja tratada com clareza e assertividade, senão nunca ultrapassará a condição de uma discussão sem fundamentos e soluções, além de inviabilizar o consenso. Segundo o jornal, desde julho de 2008, quando o assunto voltou a gerar polêmica (fruto de um seminário realizado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Direitos Humanos), os militares colocaram em circulação alguns livretos que identificavam ministros e outros altos funcionários do atual governo brasileiro, que participaram da luta armada, como indivíduos que praticaram atos terroristas contra o país. Em coluna opinativa ao *Jornal do Brasil*, José Dirceu, ex-ministro chefe da Casa Civil, afirmou que apóia os ministros Tarso Genro e Paulo Vanucchi e classificou como absurdo considerar terroristas aos que contestaram a ditadura. A *Folha de S. Paulo*, por fim, anunciou a aprovação, no dia 05/11/08, pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, da realização de uma audiência pública com Vanucchi, José Antônio Toffoli (AGU), Tarso Genro e Gilmar Mendes para que seja debatida a Lei da Anistia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/11/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 02/11/08; Folha

de S. Paulo – Brasil – 03/11/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/11/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/11/08; Jornal do Brasil – País – 01/11/08; Jornal do Brasil – País – 04/11/08; Jornal do Brasil – País – 06/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/11/08; O Estado de S. Paulo – Opinião – 04/11/08 O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/11/08).

2- Brasil fecha acordo com Rússia e França para transferência de tecnologia

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Brasil receberá auxílio das agências espaciais russa (Roskosmos) e francesa (CNES) para o desenvolvimento do projeto brasileiro de construção de um satélite geostacionário. De acordo com a Agência Espacial Brasileira (AEB) a cooperação tem como objetivo prestar consultoria, porém, não prevê a compra de tecnologia pelo Brasil. Segundo o diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da AEB, Thyrso Villela, os acordos prevêem ajuda aos técnicos brasileiros na definição do modelo e nas configurações do satélite. O acordo com os franceses foi acertado em junho e com os russos foi assinado neste mês de novembro. Os dois países vão trabalhar de forma separada. O Brasil já teve um satélite geostacionário, utilizado para telecomunicações e fabricado fora do país. Atualmente o país depende do aluguel de satélites, inclusive para as comunicações militares. Em reunião marcada para dezembro, a AEB, ministérios e a Aeronáutica vão definir quais missões serão cumpridas pelo satélite. Entre as prioridades estão as comunicações militares e o controle do tráfego aéreo. A expectativa é que o projeto esteja pronto até junho de 2009. Para Villela, se o cronograma for cumprido é possível que o satélite seja construído num prazo de até cinco anos. Os primeiros estudos apontam que o total estimado para a construção do equipamento é de R\$ 600 milhões, ressaltando que o Brasil não tem condições de construir certos equipamentos, como os de controle de altitude e órbita. O presidente francês Nicolas Sarkozy deve vir ao Brasil em dezembro para concretizar o acordo de parceria que prevê transferência de tecnologia para o Brasil. (Folha de S. Paulo – Ciência – 02/11/08).

3- As três empresas finalistas do Projeto FX-2 têm igualdade de preferência

Conforme lembrou o *Jornal do Brasil*, o governo brasileiro discute há 12 anos o Projeto FX-2 e atualmente são 3 as empresas finalistas na disputa da compra dos caças: Boeing (americana), Dassault (francesa) e Saab (sueca). O Comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Juniti Saito declarou, no dia 05/11/08, a inexistência de uma empresa favorita para fornecer à Força Aérea Brasileira (FAB) os 36 caças que deverão substituir a antiga frota de caças. O governo brasileiro persiste na exigência de transferência de tecnologia, compensações comerciais (Off-set) e condições técnicas e operacionais dos caças. A empresa americana, fabricante do F-18 E/F Super Hornet, juntamente com o governo americano, concordou em transferir a tecnologia utilizada, sendo que a sueca Gripen NG caminha na mesma direção. As três empresas deverão enviar ao governo brasileiro, até dia 02/02/09, a resposta ao Pedido de Oferta encaminhado pela Comissão Gerencial do Projeto e, depois disto, especialistas da comissão deverão visitar as três empresas. O contrato deve ser assinado até outubro de 2009. (Jornal do Brasil – País – 06/11/08).

4- Militares são acusados de espancar civis

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, cinco militares da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, do Estado do Rio de Janeiro, foram acusados de espancar e queimar dois rapazes flagrados fumando maconha em área das Forças Armadas. A acusação partiu de um dos rapazes que sofreu ferimentos leves e conseguiu fugir. O outro se encontra hospitalizado. Em nota, o Comando Militar do Leste (CML), afirmou que uma patrulha usou spray de pimenta para deter dois invasores, que tentaram fugir. Eles teriam sido presos e liberados horas depois. Foi instaurado um inquérito para averiguar o caso e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro afirmou que vai solicitar explicações do Exército. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, essa atitude é mais uma dentro de um quadro de agressões cometidas por soldados. Em 2001, a presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, enviou relatório às Organizações das Nações Unidas (ONU), com 23 denúncias de agressões em instituições militares na década de 1990. Afirmou que os casos aumentaram e que cabe ao Estado repensar a formação desses soldados. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/11/08*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Diego Barbosa Ceará (Redator, graduando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).